

Economia ecológica, economia solidária e o pensamento econômico de E. F. Schumacher

Ecological economy, economy solidarity and E. F. Schumacher's economic thought



Resumo

O objetivo do presente ensaio é realizar uma abordagem sobre a visão econômica de E. F. Schumacher à luz do pensamento da economia ecológica e da economia solidária. Para tanto, serão apresentados alguns autores que exploram essas duas vertentes do pensamento econômico, alguns pioneiros e outros que deram continuidade a essa agenda de pesquisa, e em seguida será observada a perspectiva proposta por Schumacher para a análise dos fenômenos econômicos. A busca principal será pelo enfoque comparativo da visão do referido autor com os principais conceitos trabalhados pela economia ecológica e pela economia solidária, realçando as semelhanças e ao mesmo tempo salientando os aspectos originais, a contemporaneidade e o caráter interdisciplinar do seu pensamento. A abordagem estará centrada, sobretudo, na obra *O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas*, publicada por Schumacher em 1973, na sua primeira edição.

Palavras-chave: Economia Ecológica. Economia Solidária. Sustentabilidade.

Abstract

The aim of this paper is to conduct on the economic vision of E. F. Schumacher thought in the light of ecological economics and the economy solidarity. To do so, we introduce some authors that explore these two strands of economic thought, a few pioneers and others who continued this research agenda, and then will be observed perspective proposed by Schumacher for the analysis of economic phenomena. The main quest is by comparing the sight of that author with the main exploreds concepts by ecological economics and economy solidarity, highlightining the similarities and at the same time showing the unique aspects, the contemporary and interdisciplinary character of his thought. The approach will focus mainly in the book "Small is beautiful: a study of economics that takes into account people", published by Schumacher in 1973, in its first edition.

Keywords: Ecological Economics. Economic solidarity. Sustainability.

¹ Doutor em Geografia, Professor da Universidade Federal do Tocantins no Programa de Mestrado em Ciências do Ambiente, no Programa de Mestrado em Geografia e no Curso de Geografia.
E-mail: lbsgeo@uft.edu.br.

² Mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins, Fundador e Gestor da Comunidade Residencial Sustentável Ecológica Espiritual Morada da Paz - CoMPaz/RS.
E-mail: rogeriodamorada@gmail.com.

Introdução

E. F. Schumacher é um economista frequentemente esquecido quando se trata da realização *de estudos que se referem às searas da economia ecológica e da economia solidária*, o que é inexplicável, dadas as suas preciosas contribuições para o avanço da compreensão sobre as complexas interações entre as sociedades humanas e o meio ambiente.

Seu livro mais famoso é *O negócio é ser pequeno*: um estudo da economia que leva em conta as pessoas, publicado em 1973, a partir de uma série de palestras e conferências realizadas pelo autor em anos anteriores, em vários países, sobre a temática anteriormente referida. Nesta obra, o autor alerta para a necessidade de um uso racional dos recursos disponíveis no planeta, dada a finitude de uma parcela considerável destes e também para a urgência de novos métodos de produção e gestão.

Inicialmente, neste artigo serão abordados aspectos teóricos da economia solidária e da economia ecológica, para em seguida ser apresentado o pensamento econômico de Schumacher, buscando-se as correlações existentes entre eles. O objetivo principal do artigo será demonstrar a atualidade do pensamento econômico de Schumacher e sua possível aplicabilidade na resolução de questões sociais, ambientais e econômicas contemporâneas.

1 Economia Solidária

Na economia solidária, dada a sua natureza cooperativa, prevalece, na maioria das suas ações, uma atitude de respeito que se traduz em ações em prol do bem-estar social e da conservação ambiental. As suas atividades orientam-se por parâmetros distintos de empresas de mercado, como a busca pelo lucro, pela produtividade e a competição desenfreada com outras concorrentes,

A noção de riqueza na economia solidária difere da economia mercantil, pois a primeira valoriza os benefícios sociais gerados pelo trabalho coletivo em patamares mais elevados do que a segunda.

de acordo com Pinto (2006). Este autor aponta que o reaproveitamento de materiais e o uso de fontes renováveis de energia são muito frequentes em empreendimentos solidários. A economia solidária tem suas análises voltadas às áreas da gestão social, processos autogestionários, redes solidárias e empreendimentos solidários.

Razeto (1993, p. 40) esclarece conceituando economia solidária como

uma formulação teórica de nível científico elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

França Filho (2007), adicionalmente, traz contribuições muito significativas para a conceituação da economia solidária, esclarecendo ao público que não tem familiaridade com a área. O autor chama atenção para as questões relativas à sustentabilidade e à viabilidade dos empreendimentos da economia popular e solidária, sendo necessária uma compreensão que extrapole a lógica do mercado, baseada no lucro e

na competição. Por outro lado, a participação e o engajamento coletivo nos projetos desenvolvidos devem ser considerados e valorizados.

A noção de riqueza na economia solidária difere da economia mercantil, pois a primeira valoriza os benefícios sociais gerados pelo trabalho coletivo em patamares mais elevados do que a segunda, conforme Pinto (2006).

O conceito de economia solidária é relativamente recente no Brasil, e nessa área atuam cooperativas e associações (formais e informais) denominadas Empreendimentos Solidários (ES), redes e fóruns de economia solidária, feiras de trocas solidárias, comércio justo e solidário, além de Entidades de Apoio a Fomento (EAF), como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) ligadas às universidades.

França Filho (2007, p. 172) explica que:

As práticas de economia popular e solidária no Brasil ganharam em complexidade nos últimos anos, afirmando-se como um campo de atores que inventam alternativas econômicas e políticas inovadoras para a resolução dos problemas cotidianos enfrentados em seus respectivos territórios, decorrentes dos processos de exclusão social.

Sobre os ES, França Filho (2007) afirma que eles representam a forma predominante de auto-organização socioeconômica. Existem ES em diferentes segmentos, como bancos populares, que trabalham com microcrédito, clubes de trocas, associações de moradores e cooperativas populares constituem a sua maioria.

Os ES atuam com intensidade no seio da sociedade civil em diferentes países, promovendo ações em áreas como educação, saúde, meio ambiente e direitos humanos. São também reconhecidos pela sua capacidade de geração de trabalho e pelo impacto social das atividades que desempenham em nível local, expressando a mobilização dos cidadãos para transformarem a realidade em que vivem. São

além de espaços de produção (de bens, serviços, empregos), espaços de socialização, de reflexão e ação política, considera Andion (2005).

No Brasil, a partir do início do governo Lula, em 2003, houve a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), dirigida desde então pelo professor Paul Singer, fomentando e articulando ações nesta área. A Senaes, de acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2006), destaca quatro características importantes para a economia solidária: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.

Cançado e Cançado (2009) consideram a autogestão, isto é, a autonomia do trabalhador enquanto gestor do seu empreendimento, como um traço essencial dos empreendedorismo social, embora não seja o único. O contrário da autogestão é a heterogestão, modelo hegemônico na sociedade capitalista, na qual a autonomia do trabalhador desaparece, em decorrência de uma hierarquia burocrática e funcional institucionalizada nas organizações.

A economia solidária tem procurado o fortalecimento e a união de seus atores através de

Autogestão é a autonomia do trabalhador enquanto gestor do seu empreendimento, como um traço essencial dos empreendedorismo social.

redes. Este tipo de organização reduz a dependência do sistema hegemônico por meio da troca e do compartilhamento de produtos, saberes e serviços. Neste sentido, Mance (2008, p. 1) considera que:

As Redes de Colaboração Solidária são fundamentadas em um sistema de produção onde não pode haver exploração nem dominação dos trabalhadores, com equilíbrio nos processos, com uso de insumos produzidos de forma ecologicamente correta, e com partilha dos excedentes, havendo reinvestimento e formação de novas redes.

A economia solidária experimentou neste início do século XXI um crescimento extraordinário no Brasil e no mundo, em que os atores sociais, por meio de um processo de autogestão democrática, buscam com criatividade formas de inserção social, política e econômica e de conservação ambiental, construindo alternativas sustentáveis frente à ordem hegemônica capitalista vigente.

Complementando sobre a economia solidária, Pinto (2006, p. 16) refere que:

Não se trata, portanto, apenas de se alcançar trabalho e renda, por meio de saídas cooperativas. Assiste-se também como possibilidade a emergência, a partir de relações mediadas pelo trabalho associado, de novos significados compartilhados, novas solidariedades, que requalificam os sentidos do trabalho, da produção, do consumo e das trocas. A realização desses vínculos implica, também, na produção de novas identidades pessoais, modos distintos de autopercepção.

Os ES privilegiam o desenvolvimento segundo a perspectiva local, promovendo a geração e a circulação de renda, serviços e saberes junto aos atores que estão envolvidos diretamente em seu contexto de atuação socioproductiva, fomentando, dessa forma, a sustentabilidade econômica e ambiental de suas atividades. O desenvolvimento local tem sido pensado e discutido no meio acadêmico e possui muitos defensores, como

Fernández Durán (2001, p. 25), que expõe sua perspectiva sobre esta temática:

Todas as experiências de transformações alternativas da sociedade a margem do mercado e da lógica patriarcal dominante tem um grande valor como sementes e pontos de referência do que pode chegar a ser uma transformação em maior escala. A reconstrução das estruturas comunitárias, das novas áreas da comunidade, deve ser produzida principalmente a partir do local. O local, que foi submetido e desarticulado pelo capitalismo global, é necessário em grande medida restaurá-lo novamente (tradução nossa).

Segundo Tenório (2007), o desenvolvimento local é uma abordagem que procura reforçar a potencialidade do território mediante ações endógenas, articuladas pelos seus diferentes atores (sociedade civil, poder público e o mercado). De acordo com o autor, o desenvolvimento local pressupõe a reciprocidade, a cooperação e a solidariedade em benefício do bem-estar socioeconômico, político, cultural e ambiental do local, podendo assumir três vertentes: (1) econômica, guiada por parâmetros de mercado; (2) social, orientada pela cooperação; e (3) solidariedade ou híbrido, em que há orientação econômica e cooperativa, estimulando o fomento de capital social.

Para Baquero (2007), o capital social nasce de interações cotidianas, não de legislações. Promove a participação coletiva e o engajamento das pessoas em projetos de desenvolvimento comunitário e sustentável. Gera empoderamento dos atores sociais, o que possibilita bem-estar e qualidade de vida.

Conforme Vasconcelos (2007), a economia solidária desenvolve princípios e valores em seus movimentos, como a reciprocidade e a confiança que acabam contribuindo na construção do capital social. Pequenas ações solidárias dentro de um ES podem ser responsáveis pela construção de um grande

O desenvolvimento local pressupõe a reciprocidade, a cooperação e a solidariedade em benefício do bem-estar socioeconômico, político, cultural e ambiental do local.

capital social capaz de permitir o enfrentamento de crises, pondera Vasconcelos (2007).

Assim, de acordo com os autores mencionados, percebe-se que a essência dos ES encontra-se pulsante na força coletiva dos processos que desencadeiam, na integração dos sujeitos em torno da unidade de princípios e na crença em um projeto comunitário capaz de garantir aos sujeitos que o impulsionam condições para uma vida digna e ética.

2 Economia Ecológica

A partir da preocupação de alguns economistas com o meio ambiente e a sustentabilidade das atividades humanas em longo prazo – como Nicolas Georgescu-Roegen, Keneth Boulding e Herman Daly –, a dimensão ambiental foi sendo incorporada na construção dos modelos e teorias da ciência econômica, nascendo, então, a economia ecológica.

A economia ecológica apresenta inovações significativas na forma de abordar as interações do homem com o meio ambiente, propondo estratégias que minimizem nossa alta produção de entropia e garantam a sustentabilidade da vida, conforme Mueller (2007).

Pela segunda lei da entropia, é impossível um sistema fechado prosseguir seu crescimento indefinidamente, captando energia de baixa entropia e liberando resíduos de alta entropia no ecossistema, pois há um limite para a absorção e a reciclagem destes resíduos. Tal fato é ignorado pela teoria econômica convencional (neoclássica). Assim sendo, os impactos ambientais podem acabar restringindo o crescimento econômico, na opinião de Cechin e Veiga (2009).

A economia ecológica preocupa-se com os processos de reciclagem de insumos e a minimização de impactos ambientais³. Para Martinez-Alíer

A economia ecológica preocupa-se com os processos de reciclagem de insumos e a minimização de impactos ambientais.

³ A Resolução nº 001 de 23 de janeiro de 1986 do Conama (Código Nacional de Meio Ambiente), em seu art. 1º define impacto ambiental como "qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais".

(1998, p. 268), um dos precursores da economia ecológica, ela pode ser definida como

uma economia que usa os recursos renováveis (água, pesca, lenha e madeira, produção agrícola) com um ritmo que não exceda sua taxa de renovação, e que usa os recursos esgotáveis (petróleo, por exemplo) com um ritmo não superior ao de sua substituição por recursos renováveis (energia fotovoltaica, por exemplo).

Georgescu-Roegen (1971) aponta que os principais postulados da economia ecológica são a utilização de processos de reciclagem, a minimização do uso de energia e de materiais, a consideração do custo ambiental decorrente de todo o processo de extração, produção e consumo e a minimização da produção de dejetos e da poluição. Segundo sua análise, a entropia (aumento da desordem no sistema) coloca limites para a expansão contínua das atividades, dada a finitude dos recursos naturais do planeta.

O fundamento central da economia ecológica é a escala em que o sistema econômico opera em relação ao ecossistema. Além de uma escala ótima, o seu crescimento pode acarretar mais prejuízos do que benefícios à humanidade, na concepção de Cechin e Veiga (2009).

Daly (1984) propôs a **economia do estado-estável**, que consistiria em suprimir a obstinação pelo crescimento econômico ilimitado. Em sua opinião, um nível de crescimento com estabilidade é necessário para gerenciar as relações econômicas minimizando a pressão antrópica sobre o meio ambiente. A ênfase para a política econômica, segundo o autor, estaria deste momento em diante, em gerenciar o estoque de recursos existentes e não mais o fluxo econômico. Apesar de contribuir

para uma mudança de paradigma, as sugestões do autor têm muitas limitações na sua exequibilidade, sendo a principal delas quanto à determinação do nível desejável para estabilizar o crescimento econômico⁴. Como definir um nível de consenso com tantas disparidades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, por exemplo?

A grande questão que permanece sem resposta ainda nos dias de hoje é qual seria a “escala ótima” em que o volume de bens e serviços produzidos pelo sistema econômico se tornará compatível com a capacidade do planeta em absorver os resíduos de alta entropia gerados. Não é prudente acreditarmos, como alguns teóricos da economia convencional, que poderemos substituir produtos e serviços ambientais por recursos tecnológicos para manter a curva exponencial de crescimento econômico por tempo indeterminado, considera Mueller (2007).

Martine (2007) propõe que uma estratégia prática para minimizar impactos ambientais seria estudar a distribuição populacional em um território, focando no seu uso sustentável de acordo com os recursos disponíveis, a população, o potencial econômico e o contexto atual de desenvolvimento para atingir índices toleráveis de crescimento econômico e social, embora isso também se constitua em uma tarefa complexa.

A economia convencional (neoclássica) não desconta dos índices de mensuração da riqueza econômica como o PIB (Produto Interno Bruto) o somatório das externalidades econômicas, como propõe a economia ecológica, nem considera a alocação inter-geracional de recursos não renováveis, sendo um indicador impreciso da realidade

⁴ Convém ressaltar que uma das premissas básicas do comportamento do consumidor, segundo a teoria microeconômica é a de que uma quantidade maior de bens normais é sempre preferível, mesmo tratando-se de uma quantidade não significativa. Esse axioma também é conhecido como o da não saciedade (PINDYCK; RUBINFELD, 2005).

econômica e ambiental de um país (MARTÍNEZ-ALÍER, 1998).

Tolmasquim (1998) caracteriza as externalidades como efeitos positivos ou negativos resultantes da definição imprecisa do direito de propriedade, de caráter incidental, involuntário, sem um controle direto sobre as fontes dos efeitos externos. A poluição atmosférica causada por uma fábrica é um exemplo de externalidade (negativa, neste caso), porque afeta o ar, que é um bem público (pertencente à coletividade) e tem caráter involuntário, já que a finalidade do dono da fábrica é teoricamente a produção, e não a poluição.

M'Gonigle (1999) distingue duas correntes na economia ecológica: uma associada a uma análise baseada em formalismos técnicos (de vertente econômica neoclássica), na qual o meio ambiente é analisado como mais um recurso para finalidades econômicas, e outra de abordagem mais ampla, que engloba um olhar profundo sobre os contextos institucionais, em que são analisadas as interações da sociedade, da política, da cultura e do meio ambiente com a ciência econômica. O autor considera que elas não são excludentes, mas acabam complementando-se.

Söderbaum (1999), por seu turno, complementa sobre a economia ecológica, afirmando que seus recursos chaves são: (1) trabalhar para uma sociedade sustentável com um senso ecológico, (2) prontidão para encaminhar as questões fundamentais de quadros conceituais e de valores, (3) interação com acadêmicos de outras disciplinas e (4) observar os imperativos essenciais da democracia. O autor refere ainda que a economia ecológica tem uma natureza interdisciplinar, podendo interagir com várias áreas do conhecimento.

Para Melo (2006), a análise dos fluxos físicos de energia e de materiais é um pressuposto importante da economia ecológica, além da consideração dos preços de mercado com o devido

rigor em suas análises, uma vez que estes podem esconder relações ecologicamente desiguais. Ressalta que a economia ecológica advoga uma participação política ativa dos ambientalistas, a fim de pressionar a sociedade para que o meio ambiente receba a atenção adequada dos gestores públicos na elaboração de projetos e formulação de políticas específicas para as suas demandas.

M'Gonigle (1999) esclarece que a economia ecológica aponta caminhos para a sustentabilidade por meio de processos mais estáveis associados com comunidades territoriais, que são formas de organização participativa existentes dentro de sistemas naturais. As comunidades, no seu ponto de vista, podem constituir, portanto, uma base apropriada para a construção de políticas econômicas que garantam o êxito e a sustentabilidade de projetos em um amplo horizonte de tempo, desde que seja observado um adequado planejamento territorial.

Teixeira (2009) demonstra as possibilidades de integração entre comunidade, ética e economia ecológica, a partir da construção de redes solidárias, práticas de autogestão, técnicas de reciclagem de resíduos e reaproveitamento de materiais, abordando a experiência da Comunidade Sustentável Morada da Paz desde 2003.

O planejamento territorial, de acordo com M'Gonigle (1999), envolve seleção de territórios restritos, socialização da riqueza produtiva do território, equalização de acesso à base de forças sociais e econômicas e o fortalecimento de economias territoriais através do reforço da autossuficiência e o desenvolvimento de mercados controlados regionalmente. O autor salienta ainda que o metabolismo circular de estado-estável que está embutido na comunidade social (com todos os processos institucionais e culturais que isto implica) é a essência do modelo territorial.

3 O Pensamento Econômico de Schumacher

A tentativa de analisar as interações entre a economia e diferentes correntes espiritualistas não é algo inédito. Muitos autores já buscaram esse caminho no passado e na contemporaneidade. Neste artigo, limitaremos-nos à análise de E. F. Schumacher, buscando dialogar com outros economistas ecológicos e solidários na busca por opiniões compartilhadas quanto às possibilidades para um novo sistema socioambiental.

E. F. Schumacher nasceu na Alemanha e estudou na Inglaterra nos anos 1930, quando se tornou discípulo de John Maynard Keynes, um dos expoentes do pensamento macroeconômico. Também publicou artigos na companhia de outros importantes economistas da época, entre eles o polonês Kalecki. Auxiliou na reconstrução da Alemanha no pós-guerra e realizou diversos trabalhos de consultoria econômica, um deles na Birmânia, em 1955, onde se inspirou para escrever sobre a economia na perspectiva budista. Propôs, assim, uma base mais humanista para a ciência econômica. Seu principal livro, *O negócio é ser pequeno, um estudo de economia que leva em conta as pessoas*, de 1973, é o resultado da compilação de uma série de palestras realizadas e artigos publicados na década de 1960 e início da década de 1970. Em duas obras posteriores, aprofundou temas referidos no livro inicial, como observaram Moraes e Serra (2005).

Schumacher (1983) tece críticas severas ao processo de globalização, afirmando que ele poderia provocar o desarranjo de estruturas produtivas locais. No seu ponto de vista, o caminho mais lógico para organizar o processo produtivo seria em pequenas unidades, utilizando recursos disponíveis no local (ou na região), tanto recursos naturais, como mão de obra. Isso geraria benefícios às economias locais, em sua concepção. Nesse sentido, seu pensamento aproxima-se do pensamento de

muitos teóricos do desenvolvimento local, como Tenório e Durán (2007).

O autor também critica a tendência de grandes unidades fabris como padrões para a produção e advoga que pequenas unidades fabris, em que os trabalhadores produzem em equipamentos que realcem o aspecto humano (criativo) do trabalho, podem trazer viabilidade econômica e eficiência técnica-produtiva.

Schumacher (1983) critica a economia convencional, de vertente neoclássica, que ignora os custos ambientais (externalidades) do processo produtivo, operando dentro de uma lógica restrita que considera apenas a questão de custo e benefício para a alocação dos fatores e despreza a necessidade de reciclagem e reutilização dos recursos. Assim, a visão de Schumacher do sistema econômico aproxima-se do modo de pensar dos fundadores da economia ecológica, como Georgescu-Roegen, Martinez-Alíer e Daly. Segundo a economia convencional, todos os bens são tratados pelo mercado como mercadorias. O autor considera que o mercado, ao atribuir preços a bens e serviços, acaba retirando a sacralidade da vida, uma vez que nada pode haver de sagrado em alguma coisa precificada.

A economia, na visão de Schumacher (1983), encerra a análise de questões éticas (níveis de pobreza e riqueza, por exemplo), morais, ambientais, políticas, culturais e institucionais. Nessa perspectiva, a visão do autor é muito semelhante a de outros economistas heterodoxos referidos neste artigo, como Sen (1999), Söderbaum (1999), Cechin e Veiga (2010) e Melo (2010). Percebe-se, dessa forma, que a sua maneira de analisar o sistema econômico leva em consideração aspectos interdisciplinares e o pensamento complexo, que é exatamente o oposto da visão reducionista-mecanicista de mundo difundida por Descartes, Bacon e Hobbes, no século XIX.

A ciência econômica, ao ser equiparada à física newtoniana na construção de suas teorias e modelos, tornou-se abstrata demais para a

compreensão da realidade dos fenômenos econômicos, dessa forma acabou limitando-se. Schumacher (1983) reflete que a economia está muito mais direcionada a analisar problemas de uma forma quantitativa do que aprofundar a análise qualitativa. Em sua opinião, os pressupostos econômicos, ao suprimirem as diferenças qualitativas, tornam estéreis as teorias econômicas. A análise econômica (econométrica) não leva em consideração se o crescimento é benéfico ou não. Entretanto, o autor pondera que é mais fácil lidar com variáveis quantitativas do que manipular informações qualitativas.

Schumacher (1983) defende a construção de uma ciência econômica sobre outras bases e valores, em que haja a consideração de diferenças qualitativas entre bens e serviços pelo mercado. Para isso, lança a proposição de uma economia baseada em princípios e valores do budismo. Nessa perspectiva, faz uma série de considerações para uma verdadeira reprogramação da economia, como o princípio da **subsistência correta**, com a redução do consumo às necessidades básicas, a eliminação dos supérfluos e, conseqüentemente, a busca por uma forma de vida com mais simplicidade, liberdade e criatividade, em pequenas unidades. Na atualidade, esse modo de vida proposto por Schumacher tem sido experimentado em inúmeras ecovilas e comunidades sustentáveis espalhadas pelo mundo, como Findhorn (Escócia), Lebensgarten (Alemanha), Cristal Waters (Austrália) e Morada da Paz (Brasil), como referem Santos Jr. (2006), Dornelles (2008) e Teixeira (2009).

Schumacher (1983) defende uma forma de gestão participativa nas organizações, em que os trabalhadores estejam engajados nos processos de tomadas de decisões e sintam-se satisfeitos com aquilo que realizam. Nesse aspecto, o pensamento do autor aproxima-se de Cançado e Cançado (2009), França Filho (2007) e Pinto (2006), que destacam a autogestão como traço característico dos empreendimentos solidários. O trabalho desenvolvido de forma mecânica, na

opinião de Schumacher (1983), é maçante e nocivo espiritualmente ao trabalhador. Na visão da economia budista, segundo o autor, o trabalho deve conduzir à superação do ego, além de simplesmente prover as necessidades básicas dos trabalhadores.

Quanto ao mercado, Schumacher (1983) acredita que ele é a institucionalização do individualismo e da não responsabilidade, numa postura claramente crítica à sua lógica de funcionamento. Nesse ponto, o autor compartilha a mesma opinião de Polanyi (2000), para quem o mercado representa apenas uma dentre tantas outras formas de interações econômicas existentes na sociedade. Em sua obra, Polanyi (2000) aponta a domesticidade, na qual predomina a produção para o autoconsumo, a reciprocidade, em que existe o processo de dar, receber e retribuir os bens (fortalecendo os laços sociais, dessa forma) e a troca, havendo uma organização hierárquica que coordena a redistribuição dos frutos do trabalho coletivo, como os mutirões, por exemplo.

A sabedoria, conforme Schumacher (1983), leva à paz e à permanência. Hoje poderíamos traduzir estes termos como sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável, conceitos que ainda não haviam se disseminado na época de Schumacher. A antítese da sabedoria são os conflitos e os tensionamentos, para o autor. Em suas palavras, Schumacher (1983, p. 32) complementa:

O cultivo e a expansão das necessidades é a antítese da sabedoria. É igualmente a antítese da liberdade e da paz. Cada aumento de necessidades tende a agravar a dependência de uma pessoa de forças externas sobre as quais não pode exercer controle, e, portanto, agrava o medo existencial. Só com uma redução de necessidades pode-se promover uma genuína redução naquelas tensões que são as causas fundamentais da discórdia e da guerra.

O problema não é acumular riquezas, destaca Schumacher (1983), mas segundo ele, na visão budista, o problema consiste no apego à riqueza, que impede as pessoas de enxergarem além dos seus próprios interesses, contribuindo para

a construção de um pensamento autocentrado. Esse aspecto nefasto do mundo contemporâneo também é referido por Samten e Caruso Jr. (2004), ao dialogarem sobre os problemas causados pela atitude autointeressada do ser humano na interação econômica e seu reflexo na degradação ambiental.

É preciso a sabedoria acumulada ao longo da história, segundo Schumacher (1983), para o ser humano continuar a trilhar o seu caminho de evolução na Terra e esse caminho, segundo o autor, deve ser preferencialmente o caminho do meio, como idealiza a tradição budista.

Schumacher (1983) chegou a cunhar o termo metaeconomia, o qual envolveria o estudo do homem em seu meio ambiente. Esse segmento da economia teria como foco a inferência de metas e objetivos a partir do estudo do homem, tendo como metodologia a observação da natureza. Segundo o autor, a dependência do homem (e da economia) com relação à natureza é ignorada pela economia convencional (neoclássica), assim como também constata a economia ecológica e seus principais teóricos. Schumacher (1983) pondera que a análise econômica convencional atribui maior valor ao curto-prazo, não considerando os custos ambientais (externalidades) que geram distorções nas análises econômicas. Nesse ponto seu pensamento se correlaciona com a análise de Tolmasquim (1998).

Schumacher (1983) afirma que toda a análise econômica desconsiderou a base (meio ambiente) em que se desenvolviam as atividades econômicas, porque no momento de sua formulação ela parecia inesgotável. A partir das provas de sua deterioração ambiental, o autor reflete que as perspectivas e a metodologia econômica passam a ser contestáveis.

Capra (2006) demonstra ter sido profundamente influenciado por Schumacher quando se refere à necessidade do ser humano aprender com os processos naturais, além de também defender a importância da economia buscar um perfil mais humanista.

Finalmente, Schumacher (1983) considera a necessidade de um estudo da economia em bases mais amplas (metaeconômicas), para que se alcancem discernimentos válidos na construção de políticas e projetos econômicos e que esses sejam exitosos no alcance de suas metas e objetivos.

Considerações Finais

A economia ecológica e a economia solidária são dois ramos recentes do pensamento econômico, sendo que suas abordagens encontram muitos pontos em comum, como a preocupação com a sustentabilidade ambiental nas atividades econômicas. Tal fato tem fomentado o desenvolvimento de novas pesquisas tanto empíricas quanto teóricas utilizando essas duas áreas da ciência econômica.

Como foi possível verificar ao longo desse ensaio, Schumacher apresenta opiniões que se filiam tanto à economia ecológica como à economia solidária. Talvez por esse motivo, qual seja a abrangência de seus pontos de vista, e a dificuldade em enquadrá-lo em alguma vertente de pensamento, ele tenha ficado à margem das próprias áreas heterodoxas da economia e carente de uma leitura mais aprofundada e de maiores comentários na literatura econômica corrente.

Contudo, em um período de intensas crises ambientais, sociais e econômicas, como vivenciamos na atualidade, as quais demandam alternativas sustentáveis e ações eficazes para os seus enfrentamentos, a (re)leitura de Schumacher pode trazer inspirações interessantes aos cientistas que pesquisam sobre a sustentabilidade socioambiental na construção de projetos direcionados ao bem-estar e a qualidade de vida das populações. Nesse sentido, ressalta-se o caráter original, contemporâneo e interdisciplinar deste autor, cuja contribuição continua viva, conforme se buscou demonstrar no presente artigo.

Referências

- ANDION, C. A Gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de administração contemporânea**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 70-101, jan./mar. 2005.
- ATLAS da economia solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.
- BAQUERO, M. A Fragmentação social na América Latina: formas alternativas para sair da crise. In: BAQUERO, M. (Org.). **Capital social, desenvolvimento sustentável e democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.
- CANÇADO, A. C.; CANÇADO, A. C. M. G. A Construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária. **Revista Eletrônica de Gestão**, v. 2, n. 2, maio/ago., p. 56-72, 2009. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/reges>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2006.
- CECHIN, A.; VEIGA, J. E. V. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, P. (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2010.
- DALY, H. **A economia do século XXI**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- DORNELLES, D. F. **A prática do assistente social em uma comunidade sustentável**: desafios para a sociedade contemporânea. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.
- EISLER, R. **A verdadeira riqueza das nações**: criando uma economia solidária. São Paulo: Cultrix, 2008.
- FERNÁNDEZ DURÁN, R. La necesidad de alternativas al capitalismo global. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 18-31, jan./mar. 2001.
- FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007.

- GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge: Harvard University, 1971.
- MANCE, E. A. Redes solidárias são contraponto ao sistema globalizado. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/fsm4/fsm00000080.htm>>. Acesso em: 1 abr. 2008.
- MARTINE, G. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. **Revista brasileira de estudos populacionais**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 181-190, jul./dez. 2007.
- MARTINEZ-ALÍER, J. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: FURB, 1998.
- MELO, M. M. **Capitalismo versus sustentabilidade**: o desafio de uma nova ética ambiental. Florianópolis: UFSC, 2006.
- M'GONIGLE, R. M. Ecological economics and political ecology: towards a necessary synthesis. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 28, p. 11-26, 1999.
- MORAES, G. I., SERRA, M. A importância e a atualidade do pensamento de E. F. Schumacher. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 1019-1040, 2005.
- MUELLER, C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: UnB/ Finatec, 2007.
- PINDYCK, R. S., RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- PINTO, J. R. L. **Economia solidária**: de volta à arte da associação. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (Org.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, p. 34-58, 1993.

SAMTEM, L. P., CARUSO JR., V. **O Lama e o economista**: diálogos entre budismo, economia e ecologia. São Carlos: Rima, 2004.

SANTOS JUNIOR, S. J. Ecovilas e comunidades intencionais: ética e sustentabilidade no viver contemporâneo. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 3., 2006, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, 1 CD ROM, 2006.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno**: um estudo da economia que leva em conta as pessoas. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1983.

SEN, A. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SÖDERBAUM, P. Values, ideology and politics in ecological economics. **Ecological economics**, Amsterdam, v. 28, p. 161-170, 1999.

TEIXEIRA, R. F. Comunidade, ética e economia ecológica: reflexões sobre o modo de vida da Morada da Paz. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 35-46, jul./dez. 2009.

TENÓRIO, F. G. Desenvolvimento Local. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local**. Ijuí: Unijuí, p. 71-101, 2007.

TOLMASQUIM, M. T. Economia do meio ambiente: forças e fraquezas. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, p. 323-341, 1998.

VASCONCELOS, T. A. C. A Economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C. E ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, p. 261-288, 2007.

- Recebido em: 20/12/2012
- Aprovado em: 04/06/2013